



CONGRESSO NACIONAL

MPV-293

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00036

data 15/05/06	proposição Medida Provisória nº 293, de 8 de maio de 2006
------------------	--------------------------------------------------------------

autor Dep. Walter Barelli	nº do prontuário
------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. X aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--------------	------------------------------------------	------------------------------------------	--------------	-------------------------------------------------

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Ficam acrescidos à Medida Provisória 293, de 8 de maio de 2006, os artigos 5º e 6º, renumerando-se o atual art. 5º:

"Art. 5º. Fica acrescido ao art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o seguinte § 3º:

Art. 588.

§ 3º O sindicato com a certidão de registro sindical deverá indicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical e a federação às quais estiver filiado e a confederação à qual estiver vinculado, como beneficiários da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos no art. 589."

Art. 6º. O art. 589 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 589 - Da importância da arrecadação da contribuição sindical, serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

- I - cinco por cento para a confederação correspondente;
- II - dez por cento para a central sindical indicada pelo sindicato;
- III - quinze por cento para a federação indicada pelo sindicato;
- IV - sessenta por cento para o sindicato respectivo;
- V - cinco por cento para o Fundo de Promoção Sindical;
- VI - dois e meio por cento para as Entidades Representativas dos Aposentados;
- VII - dois e meio por cento para políticas de integração do jovem no mundo do trabalho.

§ 1º Não havendo entidade de grau superior indicada na forma do § 3º do artigo 588, os percentuais previstos nos incisos do art. 589 serão destinados à "Conta Especial Emprego e Salário".

§ 2º A central sindical a que se refere o inciso II deste artigo deverá atender aos requisitos previstos em lei."

§ 3º - As entidades de aposentados serão indicadas pelas Centrais Sindicais.

§ 4º - A integração do jovem no mundo do trabalho far-se-á por programas sindicais, aprovados pelo Conselho Nacional de Relações do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

A estrutura sindical é mantida pela Contribuição Sindical recolhida pelos trabalhadores. A Medida Provisória não adequa a estrutura do financiamento da ação sindical à realidade proposta, mantendo apenas as contribuições de Confederações, Federações e Sindicatos, conforme o artigo 589 da Consolidação das Leis de Trabalho. Esse artigo destina também 20% da Contribuição Sindical dos Trabalhadores para a "Conta Especial Emprego e Salário" do Ministério do Trabalho e Emprego. Não tem sentido os trabalhadores recolherem parte de seus salários para a manutenção de órgão ministerial.

Como a Medida Provisória reconhece a existência das Centrais Sindicais, é importante que também elas participem da contribuição feita diretamente pelos trabalhadores. Daí a destinação de 10% dessa contribuição para as entidades reconhecidas pela MP. Elimina-se assim a parte devida à esdrúxula Conta Especial Emprego e Salário.

Os demais 10% que restariam na Conta Especial Emprego e Salário são destinados a ações de interesse do conjunto dos trabalhadores, da seguinte maneira:

- 5% para o Fundo de Promoção Sindical, necessário para as entidades sindicais atenderem às novas exigências que lhes são atribuídas pela MP nº 294, de 08 de maio de 2006, que cria o Conselho Nacional de Relações de Trabalho;
- 2,5% para as entidades que representam os aposentados, que ainda não tinham sido previstas na estrutura sindical, embora a aposentadoria se baseie em trabalho pretérito e os aposentados constituam uma parte importante da classe



trabalhadora; e

- 2,5% para a integração dos jovens ao mundo do trabalho, em vista do alto desemprego dos jovens, verdadeiro desafio para nossa sociedade, devendo as entidades sindicais assumirem responsabilidades para a preparação desses jovens para o trabalho.

PARLAMENTAR

Handwritten signature

